



# ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2023 -----Aos catorze do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----PRESENÇAS: -----O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por José Daniel Martins Rodrigues. -----O deputado municipal José Eduardo Ferreira Borges, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Martins Rodrigues. -----O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fátima Fraga. -----O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Silva. -----Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48° da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ------ABERTURA DA REUNIÃO -----Pelas dezoito horas, e quinze minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. Ordem do dia -----1. Aprovação da Alteração Orçamental Modificativa N.º 1 (Revisão Orçamental n.°1) -----



O senhor Presidente da Assembleia, Humberto da Costa Cerqueira, iniciou a sua intervenção dando conta que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal surgiu na sequência de uma solicitação do senhor Presidente da Câmara e tinha como ponto único a aprovação da alteração orçamental modificativa número. Manifestou que também queira deixar uma pequena nota de partilha e também de esclarecimento pelo facto da Mesa estar incompleta, por razões que tristemente todos conhecem, o falecimento da Primeira Secretária da Mesa, a senhora Enfermeira Fernanda. Referiu que com certeza todos concordarão que será justa e merecida uma breve dedicação e uma homenagem pelo que propôs que na Assembleia comemorativa do 25 de Abril houvesse um pequeno momento onde se faria essa justa e merecida homenagem. Também com este falecimento será necessário preencher o lugar na mesa pelo que sugeriu que na Assembleia ordinária de abril seria agendada a eleição para a Mesa. De seguida chamou o senhor deputado municipal José Pinto Queirós para exercer as funções de segundo secretário da Mesa. De seguida, questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se pretendia fazer alguma intervenção para a presentação da proposta tendo o senhor Presidente da Câmara respondido negativamente. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que não pretendia usar já da palavra porque aguardava que fossem explicitadas aqui algumas informações resultantes desta alteração orçamental, nomeadamente as negociações que foram desenvolvidas de forma a aprovar este documento. Portanto tudo nasce da não aprovação das contas de gerência que inviabilizou a possibilidade de aproveitar a gestão destes 3.140.000 Euros do saldo destas mesmas contas. Sobre este assunto referiu que queria dizer que, por um lado, relativamente à questão que se colocou na Assembleia anterior, compreendia a posição da Juntas de Freguesias que procuram defender os interesses do seu território e das suas populações. Contudo, na verdade é necessário ter o bom senso relativamente às exigências que estão a ter que podem não ser exequíveis com o orçamento aprovado e com as limitações financeiras e legais que condicionam os desejos que não são possíveis com as realidades concretas. Se anteriormente foram capazes de acederem aos trabalhos que as juntas faziam, nomeadamente a limpeza das vias, manutenção de espaços verdes, através dos contatos interadministrativos em mandatos anteriores, o que é que impede que não os possam fazer? O que está aqui em causa não é levar isto como uma guerra política ou uma querela partidária para





O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, Joaquim Agostinho da Mota Pereira, usou da palavra para dizer ao senhor deputado Fernando Silva que as propostas não têm ilegalidade nenhuma, tendo mostrado interesse em negociar com o município, estão a negociar e, segundo essas negociações, por isso é que hoje estamos calados. Acrescentou que como presidentes de junta conhecem perfeitamente as suas responsabilidades, como todos os outros, e estão aqui pelo bem das suas freguesias e pelo bem do concelho. Terminou dizendo que quando é preciso dar um chega, um basta, tem que se dar. ------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para manifestar uma palavra de pesar pelo falecimento da nossa querida enfermeira Fernanda. O senhor Presidente da Assembleia Municipal já referiu que se iria aproveitar a celebração do 25 de Abril para fazer uma homenagem mas queria também deixar sua solidariedade para toda a família. Agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal toda a disponibilidade para o agendamento desta reunião extraordinária. De seguida o senhor Presidente da Câmara leu um texto que se passa transcrever: «No passado dia 24 de fevereiro assistimos pela primeira vez na história democrática e autárquica de Mondim de Basto à reprovação da 1.º Alteração Orçamental e respetiva introdução do saldo de gerência do ano anterior. Trata-se de uma operação financeira, normal em todos os orçamentos e que permite reforçar rúbricas do orçamento previamente identificadas. Para o orçamento de 2023 o valor foi de 3,14 milhões de euros que, pela verba considerável torna-se indispensável para o cumprimento das



gre Je

responsabilidades autárquicas. A Assembleia Municipal é um órgão soberano e tem a responsabilidade de votar a proposta de revisão do orçamento. É também responsável no seu todo por todas as decisões tomadas. Mas não podemos esquecer que também são soberanos todos os mondinenses aqui presentes, os que nos assistem pela internet, os que estão em suas casas, os que se encontram a trabalhar ou a estudar e os que se encontram fora no nosso país. Foram eles que confiaram na sua maioria, no Partido Social Democrata, tanto na lista para a Câmara Municipal como a para a Assembleia Municipal, para os representar na construção de um futuro melhor para todos, durante este novo ciclo de gestão autárquica. Completados pouco mais de um ano de mandato, e já com novas obras, programas e medidas concluídas ou implementadas, não quero acreditar que esta reprovação e as respetivas consequências e bloqueio para a criação das melhores condições de concretização e implementação de uma melhor gestão autárquica, possa ter sido propositada por parte do Partido Socialista. Sobretudo porque este, é o ano que teremos de pagar centenas de milhares de euros de trabalhos a mais e revisão de preços por obras mal planeadas e da responsabilidade do executivo anterior, porque é o ano que teremos de pagar dezenas de milhares de euros de processos judiciais herdados de mandatos anteriores, é o ano em que a tarifa de resíduos urbanos aumentou cerda de 20%, e com isto o aumento significativo de despesa para o município, é o ano em que por decisões do passado teremos de entregar a atual rede de saneamento do concelho às Águas do Norte e com isto o aumento significativo de despesa para o município, é o ano em que teremos de ter a capacidade financeira para realizar projetos que nos permitam fazer candidaturas para o próximo quadro comunitário, é o ano em que assumimos na plenitude as Transferência de Competências nas áreas da educação e ação social e é o ano em que estamos a ser altamente pressionados para apresentar e iniciar a execução de uma solução que coloque a ETA de Atei a funcionar, sob pena de devolvermos todo o apoio comunitário já recebido. Mas este é também o ano que queremos continua a investir no apoio às crianças, aos jovens, às famílias e à comunidade sénior. O ano que queremos continuar a apoiar as nossas Freguesias. O ano que queremos continuar a apoiar os nossos clubes e as nossas associações. O ano que queremos continuar a apoiar as nossas IPSS. O ano que queremos continuar a apoiar as nossas empresas e o comércio local. O ano em que queremos continuar a apoiar e apostar na agricultura e na floresta. O ano em que queremos continuar a promover o Concelho de Mondim de Basto como destino turístico





de excelência. O ano em queremos afirmar, valorizar e promover as nossa Levadas do Alvão como um recurso único em todo o mundo. Um ano em que queremos continuar a receber os melhores eventos desportivos nacionais. O ano em que queremos melhorar a rede viária do concelho. O ano em que a cultura ganha cada vez mais importância na dinamização social e económicas do concelho e que chega a todas as freguesias. É por tudo isto que voltamos a apresentar nesta Assembleia Municipal a proposta para a aprovação da 1.ª revisão orçamental. Os únicos argumentos que o Partido Socialista transmitiu para justificar o chumbo da proposta anterior foram as dúvidas suscitadas por parte dos Presidentes de Junta do Partido Socialista sobre o programa acesso para todos e a não concretização da delegação de competência. Inviabilizar todo um orçamento, e as repetitivas consequências, não seria de todo expectável por parte de um partido com responsabilidades diretas na gestão autárquica de Mondim de Basto na última década. Mas vamos por partes. Relativamente ao programa Acesso para Todos, apelo a atenção à bancada do Parido Socialista em que mandatos a Juntas de Freguesias tiveram à sua disposição anualmente o valor de 35 mil euros só para investir em acessos na Freguesia. Estamos a falar de um investimento anual de 210 mil euros, 840 mil euros num único mandato. A verba está e estava prevista nesta revisão orçamental. Após nova explicação creio que agora todos os senhores presidentes das juntas de freguesia ficaram perfeitamente esclarecidos pela forma como poderão continuar a proceder à sua implementação e execução. Relativamente à delegação de competências, dois presidentes de Junta de Freguesia decidiram para já não aceitar as competências prevista na lei, e três entenderam, e na minha modesta opinião bem, fazer desde já um período experimental no ano de 2023, assumindo através de um contrato interadministrativo, a limpeza de todas as vias das respetivas freguesias. Uma atitude que considero ser de grande responsabilidade na gestão de recursos próprios e perante este, que é um novo desafio e compromisso da gestão autárquica. Parabenizo-os pela atitude sensata e prudente ao assumirem esta responsabilidade nestes termos. O diálogo prevaleceu, a sensatez e a interpretação legal esteve presente, contribuindo para que estejam criadas todas as condições para uma nova votação em consciência e para podermos cada um de nós continuar a dar o nosso contributo para um futuro melhor para todo os mondinenses. Espero que no final desta sessão possamos sair satisfeitos com o resultado e conscientes da função e importância que cada um de nós tem em cumprir e respeitar a vontade dos



Mondinenses
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação
Aprovação da Alteração Orçamental Modificativa N.º 1 (Revisão Orçamental n.º1)
que foi aprovada por maioria com dez votos a favor e dez abstenções
A deputada municipal Ana Patrícia Tapado Alves usou da palavra para fazer a
declaração de voto dizendo que o grupo municipal do Partido Socialista reprovou na
última Assembleia Municipal a proposta de revisão orçamental do executivo. Durante
este período, esperava-se do executivo do PSD uma negociação e aproximação às
expectativas criadas nos presidentes de juntas. A proposta agora apresentada revela uma
aproximação, ainda que mínima, mas mesmo assim uma aproximação. Há uma distância
significativa entre as partes para que se possa alcançar um acordo para a delegação de
competências, um processo que consideram importante para o equilíbrio e boa gestão
autárquica. Vivemos tempos em que as boas práticas de governação aconselham a
descentralização do poder, claro está acompanhada da transferência de verbas para as
freguesias, com ganhos de gestão e de eficiência. Ainda assim, o PS viabilizou esta
proposta. Mas também para afastar do executivo do PSD a desculpa de «não fazemos
porque não temos orçamento» com isso enveredando por um processo de vitimização
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO
Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal colocou à votação a minuta da deliberação tomada nesta reunião,
tendo sido aprovada por unanimidade
Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por
encerrada a presente sessão, às dezoito horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a
presente ata, que depois de lida na sessão de 28 de abril de 2023, e por estar conforme,
foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária
Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para
valer como tal
white egoceee
Emilia Amealves